

O PATRIARCA TRADICIONAL E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS NA VISÃO DE GILBERTO FREYRE

Mario Jorge Carneiro Duarte Bonfim¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo tratar de uma figura importante e paradoxal da sociedade brasileira colonial, o patriarca, e as relações sociais desenvolvidas por ele. Este pater além de habitar o imaginário dos homens da época como “O Senhor”, “O tirano”, sendo também o grande alicerce de uma sociedade cujo poder central estava em outro continente, foi também responsável por garantir assistência e ordem para aqueles que estivessem em seu reduto de influência. Sendo assim, autores como Gilberto Freyre, foco deste trabalho, atribuiu ao patriarca características antagônicas e complexas, para afirmar que a sociedade era tão intrincada quanto aquele que a regia, seja no âmbito interno (seu lar) ou externo (seu reduto).

Palavras-Chave: Brasil. Colônia. Família. Gilberto Freyre. Patriarca

1 INTRODUÇÃO

A família não é uma construção biológica ou meramente algo visto como natural, ela é fruto das transformações sociais e das necessidades posteriores às sociedades primitivas, ditas coletivistas (ENGELS, 1884/1964). Há de se dizer que estas mudanças nas relações inter-humanas e homem-natureza produziram uma gama diversa de agrupamentos familiares, podendo destacar as chefiadas por mulheres, as matrifocais² e matrilineares³, centradas na figura e na descendência feminina. Porém, nenhuma outra parece causar tanto paradoxo quanto os arranjos patriarcalistas produzidos ao longo do tempo.

As experiências patrilineares e suas derivações provocaram no âmbito familiar uma supremacia masculina e uma personificação da figura paterna consolidados pelas

¹ Autor. Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador e mestrando em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – marinhobonfim@hotmail.com

² É um conceito que qualifica um grupo doméstico centrado na mãe, estando o pai frequentemente ausente ou detendo apenas um papel secundário, no entanto sem ser confundido com matrilinearidade ou com sociedade matriarcal. (SMITH, 1996)

³ É uma classificação ou organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha materna. (DUPUIS, 1989)

administrações senhoriais⁴ ou até mesmo em formas menos complexas como os clãs parentais⁵. Sendo assim, sem furtar o direito de reconhecer a grande complexidade familiar do período colonial brasileira, o intuito deste trabalho é analisar o pai da Casa grande, "O Senhor", aquele que ocupava o centro da familiar e, em vários momentos, "O tirano"⁶ de sua mulher e filhos (FREYRE, 1983, p. 21).

Desta forma, é importante salientar que este estudo tem como principal objetivo abordar a construção do patriarca apenas nas famílias aristocráticas brasileiras, cujo cenário é quase que restrito ao núcleo rural do país. No entanto, não quer dizer que seja um estudo simples. A complexidade do tema está em compreender como uma figura que foi posta quase que em estado de tirania foi tão importante para o desenvolvimento do país, naquele período, além de ser mantenedor da ordem e centro da organização social.

Devido as circunstâncias dadas para a elaboração deste breve artigo, ao que se refere às convergências e corroborações deste trabalho, a proposta de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Darcy Ribeiro, apresentam importantes contribuições para a formação de um pai que, se não o mais presente em todo território brasileiro, foi o principal alicerce de uma sociedade ausente de um poder presente, numa esfera política mais ampla, estudada pela historiografia social nacional.

2 BREVE APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS COLABORADORES DO ESTUDO DO PATRIARCALISMO

Casa-grande e Senzala foi escrito em um determinado momento em que a historiografia brasileira estava preocupada com a questão da formação de uma identidade nacional. O estudo de Freyre não foi o único neste sentido. Colaboravam com a ideia autores como Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), e Caio Prado Júnior (*História Econômica do Brasil*), sendo eles responsáveis por utilizar uma metodologia de resgate ao passado para interpretação do presente, sendo que, compreender e exemplificar uma

⁴ Termo sinônimo à formas de administração centradas na figura masculina.

⁵ Oriundos da sociedade Hebraica e seus propósitos de qualificação de líderes.

⁶ Termo utilizado por Gilberto Freyre como sendo uma característica do patriarca.

característica comum para a formação da identidade nacional seria, naquele momento, representar a visão de um determinado grupo social sobre um determinado momento da história.

Nestes autores, a questão da miscigenação como identidade brasileira estava sendo passada de forma sutil e ausente de conflitos sociais, visto que, até a questão do português enquanto “branco” é relativizada com a miscigenação com os mouros (FREYRE, 1983). Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. convergem em vários pontos de suas obras, sendo que, os principais dizem respeito à família patriarcal, a cultura da personalidade, à miscigenação e a importância do cenário rural brasileiro.

Entretanto, não é objetivo deste artigo aprofundar-se na crítica a determinada abordagem sobre o tema, visto que até a década de 90 do século passado, entusiastas como Darcy Ribeiro, ainda corroboravam com este pensamento. O intuito é mostrar um dos modelos de homem que habitaram não só o imaginário, como os estudos sobre a formação do território nacional, o pai patriarcal⁷. E, para este propósito, Freyre, assim como os outros anteriormente citados, podem ser um aporte teórico fundamental se for compreendido como fruto e pensamento do seu tempo.

Porém, como o foco é a figura do patriarca, o que realmente interessa é o ponto de convergência entre eles, no que diz respeito à questão da importância da família patriarcal na colonização e na formação da sociedade brasileira. Para Freyre, a família rural é o grande agente colonizador do território. A família patriarcal é “o vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, que reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas”. (FREYRE, 1983. P.60)

3 CASA-GRANDE & SENZALA: CONTEXTO SOCIAL PARA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O CONSEQUENTE PATRIARCALISMO

O livro tem inicialmente a apresentação de características gerais da colonização portuguesa cujas principais são escravocratas e de uma economia totalmente agrária.

⁷ Embora possa parecer redundância, a utilização desta expressão é feita para diferenciar o patriarca de outros tipos de pais que não receberam este *status*.

É possível observar que Freyre, no intuito de mostrar os fatores que possibilitaram a ação colonizadora portuguesa, aparentemente, se vale de dois métodos científicos: o comparativo e o histórico. No decorrer da obra, as referências feitas as outras colonizações europeias, como a espanhola e a inglesa, justificariam o método comparativo e a recriação do cenário colonial com suas características e diversidades para compreender a sociedade brasileira de seu tempo comprovaria o exercício do modelo histórico.

As principais ideias contidas neste trabalho são as características do português que possibilitaram a colonização do Brasil. É a partir deste ponto que o autor começa a desenvolver sua obra expondo que os contatos (tanto culturais ou até mesmo sexuais), entre os brancos portugueses com os mouros, durante a Idade Média, foram fundamentais para que o português pudesse realizar bem a empreitada da colonização. Pois através de vários séculos de lutas contra os árabes, os portugueses assimilaram algumas de suas características culturais, como se observa nas palavras de Freyre:

"A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requei-me à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura". (FREYRE, 1983, p. 66)

A mobilidade foi um dos segredos lusitanos. Com uma população de número inexpressivo, não se explica a colonização de territórios tão distantes uns dos outros, como na África, América e Ásia, se não, pela sua mobilidade e facilidade de miscigenação. O português dominou territórios muito extensos e implantou-se de forma marcante em todos esses.

Juntamente com a mobilidade os portugueses tiveram preocupação com as atividades específicas que cada região necessitava. Sua experiência de outras colônias foi muito importante na tentativa de contornar este problema. Sobre isso, Freyre enfatizou que "Os indivíduos de valor, guerreiro, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças num tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para a África, conforme conveniências de momento ou de religião." (FREYRE, 1983, p. 83).

Sobre a miscibilidade do português, Gilberto Freyre nos remete que a dificuldade imposta pela pequena população portuguesa, foi logo suprimida pelo desejo sexual e estimulado pelas razões econômicas e políticas do Estado. A figura da "moura encantada", mulher morena e cheia de misticismo, já estava para o imaginário português associada ao seu mais puro desejo sexual. "[...] que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil" (FREYRE, 2001, p. 84). Reconhece-se o esforço português a miscigenação quando diz que "Quanto a miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses." (FREYRE, 1983, p. 83).

E por fim, Freyre aponta a família patriarcal como fator preponderante na estruturação social e agrária no Brasil, sendo esta necessariamente escravocrata e desenvolvida em consequência da falta de riquezas organizadas, ou seja, o ruralismo no Brasil foi uma consequência do clima e do solo diferente para o plantio do de Portugal. Tudo era desequilíbrio, o oposto do que se dizia sobre a primeira discricção do solo, feita pela famosa carta de Pero Vaz de Caminha: "tudo que se planta dá". Uma terra de alimentação instável, dificultando a vida dos colonizadores, marcadas por enchentes e secas, pobreza e riquezas.

Freyre quis concluir que através do levantamento histórico, cultural, entre outros do período colonial, foi possível ter um entendimento da construção do Brasil como nação, a partir de bases antagônicas, sendo a formação brasileira um processo de equilíbrio de incompatibilidades, em que para se entender o hoje é necessário compreender o ontem.

4 O PATRIARCA E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES

Passado a breve explanação sobre o contexto que deu alicerces para o patriarcalismo no Brasil colonial, ressalto que este "pai patriarcal" não pode ser visto como um tangedor, um burocrata da administração. É fato que foram num momento de poder local distante um dos elementos que deram uma forma para a sociedade brasileira (FREYRE, 1983), entretanto, são das relações interpessoais que podemos ver a ação deste pai, pois ele estava para sua casa da mesma forma que um governo estava para seu país.

No segundo livro da trilogia mais famosa de Gilberto Freyre, destaca-se, entre outras questões, a relação pai e filho, a ação patriarcalista e o declínio deste modelo familiar. As relações desempenhadas por este pai é determinante para que naquele tempo a imagem construída do "Senhor", "Tirano", e todas as outras denotações ligadas ao poder de mando (GIDDENS, 1993). Freyre deixa uma contribuição importante para a História Social ao retratar as relações cotidianas da família dita tradicional entre o marido e a esposa, o homem e a mulher, o pai e o filho e do homem com o menino.

Nas sociedades primitivas o menino e o homem são quase iguais (ENGELS, 1964). Dentro do sistema patriarcal, não: há uma distância social imensa entre os dois e Gilberto Freyre foi um dos precursores da inserção desses agentes históricos. Sobre o menino, se morto em idade angélica, era adorado. Essa espécie de pensamento talvez se derivasse dos Jesuítas, da sua labuta de neutralizar o rancor dos índios contra os brancos e particularmente contra eles, padres, diante da grande mortalidade de curuminzinhos que se seguiu aos primeiros contatos dos dominadores europeus com a população nativa. Caso sobrevivesse, a partir dos seis ou sete anos, ele passava a menino-diabo, que precisava ser evangelizado (FREYRE, 2003).

Nesse ponto, há de se destacar também que, segundo Freyre, o patriarca via os meninos negros como quem via bichos de estimação que, vez ou outra, perambulava pelos corredores da Casa-grande. Esta tolerância se estendia até a idade em que estivesse pronto para servir como força de trabalho, o que acontecia a partir dos sete anos. Contudo, não apenas para as crianças escravizadas a infância era diminuída.

Sobre a relação com o menino branco? Ele também apanhava. Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo se desenvolvia, junto com as responsabilidades do "mando absoluto" e o gosto de judiar dos menores (SILVA, 2006). O regime das casas-grandes continuaram a imperar, embora um tanto atenuado, nos sobrados. Dos seis aos dez, durante a fase que o indivíduo apenas se fazia tolerar pelas maneiras servis, pelos modos acanhados, pelo respeito quase babugento aos mais velhos, ainda se fazia oprimido pela escola religiosa, pelo confessionário, assim como outros elementos "passivos" como a mulher.

O prestígio do "homem feito" fazia com que o menino, com vergonha da infantilidade, deixava-se amadurecer antes do tempo. Toda aquela cultura precoce e um tanto tristonha, era imposta aos mais inteligentes e conseguida, se sacrificando na criança sua meninice, por meio de palmatória ou algo do gênero que acabava por conter toda sua naturalidade. A precocidade o libertava da inferioridade e diminuía a dicotomia entre o "homem moço" e o "homem velho", pois "o rapaz imita o velho desde a adolescência" (FREYRE 2003, p. 177).

Já a filha, no que se refere a educação feminina, ficou restrita, tal qual a própria mulher adulta, ao aprendizado básico para serem boas esposas e mãe(SENA, 2013). Isto era resultado da liberdade que era concedida aos homens e das privações impostas pela sociedade paternalista às mulheres onde "as meninas criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais - depois substituída pela tirania dos maridos". (FREYRE, 1983, p. 271).

O sobrenome, a posição social que este te concede e o arranjo de um bom matrimônio era o mais próximo que este senhor chegava de um afago (FREYRE, 2003). Darcy Ribeiro põe como legado deste modelo de pai ao seu filho, a responsabilidade por torná-lo conhecido, ao dá-lo seu sobrenome, uma visibilidade social, perpetuado nome nas outras gerações, fazendo-o emergir de seu estado de "ninguém". (RIBEIRO, 1995). Vivia-se uma verdadeira repressão do sentimentalismo que chegava até mesmo à Sinhá.

A beleza que se quer da mulher, dentro do sistema patriarcal, é algo meio mórbido. O padrão de moralidade característico dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa. Torna-se uma vergonha ao patriarca parecer-se com uma mulher, e pior ainda o contrário (SENA, 2013). A repressão machista era uma via de mão dupla, onde a mulher se moldava pelo medo de não conseguir ou manter uma posição próxima a este senhor, servindo como "uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido" (FREYRE, 2003, p.238). O homem patriarcal, com a sua barba imponente e mãos finas cheias de anéis (FREYRE, 2003), foi uma mistura de agressividade e abrigo, já a mulher deste mesmo período foi subproduto da influência do "Senhor" sendo a "mulher do sobrado" ainda mais frágil que a de casa-grande (SENA, 2013).

De modo geral, a relação entre o homem e a mulher foi resumida por Freyre da seguinte forma:

“De modo mais geral, o homem foi, dentro do patriarcalismo brasileiro, o elemento móvel, militante e renovador; a mulher, o conservador, o estável, o de ordem. O homem, o elemento de imaginação mais criadora e de contatos mais diversos e, portanto, mais inventor, mais diferenciador, mais perturbador da rotina. A mulher, o elemento mais realista e integralizador. A própria perturbação das modas femininas, dominantes em nossa sociedade patriarcal, pelas modas inglesas e, principalmente, pelas francesas foi, em parte, subproduto da influência de rapazes brasileiros que iam estudar leis, medicina, filosofia, comércio, nos centros europeus e vinham cheios de novidades, algumas das quais, comunicaram às mulheres. Estas, lentamente, foram ganhando direito a estudar em instituições destinadas somente a elas, que não em suas habitações” (FREYRE, 2003, p.217)

O patriarca era o centro de uma família numerosa, composta pelos cônjuges e seus filhos, mas incluindo criados, parentes, agregados e escravos, submetidos ao mando do patriarca, que era, ao mesmo tempo, marido, pai, senhor, algoz, provedor e outras características. O termo patriarcalismo, designa a prática desse modelo como forma de vida própria ao patriarca, seus familiares e seus agregados. Dessa forma, o pai constitui-se em um *núcleo econômico* e um *núcleo de poder*.

Como econômico, vemos que o patriarca tem um extenso número de agregados, escravos, etc. que dependem dele como provedor. No âmbito do poder destaca-se o fato de todos estes estarem subordinados a sua autoridade/vontade; é o pai, quase que na totalidade das vezes, quem decide o destino de seus agregados, juntamente dos outros núcleos de poder atuantes em conjunto com ele, e que muitas vezes também está subordinado as suas vontades, como autoridades religiosas, jurídicas e políticas.

Além de gerenciar sua casa, ele tinha uma importância igualmente relevante nas suas funções externas. Nas terras recém colonizadas, onde não imperava um governo forte e centralizado, eram as fazendas regidas por eles que agregavam socialmente a população da região, além deles próprios serem as maiores referências políticas, econômicas e religiosas, os tornando, segundo Freyre, importantes gestores sociais.

Pelos estudos de Freyre é possível perceber que o Pai torna-se um paradigma por carregar em si estigmas sociais responsáveis por colocá-lo num estado de transitoriedade entre a benevolência, quando ajoelhado rezando pelos seus (FREYRE, 1983) e gestor da vida pública em seu reduto, pois era este homem detentor do papel de juiz, interventor, provedor,

organizador e chefe de uma sociedade bruta e belicosa, onde era comum a resolução de rixas em forma de banhos de sangue. (FREYRE, 2003).

5 O TEMA E A HISTÓRIA SOCIAL

A família brasileira seria uma adaptação ao sistema colonial, resultado de um processo singular de criação de um determinado tipo de estrutura social. Essa visão naturalizou historicamente o modelo patriarcal. Nas discussões a respeito do tema, sobretudo no início do século passado cujo principal articulista foi Gilberto Freyre, a campanha regionalista e tradicionalista encamparia esta bandeira ao pressupor que a sedução ao moderno desenraizaria as tradições familiares do ser original do Nordeste.

O processo de colonização no Brasil deu-se sobre a égide de um tripé fundamental estruturador da sociedade brasileira. Seriam estas as bases: o latifúndio, a escravidão e uma economia agroexportadora (PRADO JR., 1945). A família senhorial era a resultante desses três pontos, segundo a formulação freyreana. É como se esta relação socioeconômica tivesse resultado, necessariamente, no modelo patriarcal de família. Esta estrutura apresentada neste artigo foi elaborada teoricamente por Gilberto Freyre, e reproduzida dentro da historiografia subsequente aos principais trabalhos de Freyre, tendo autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Darcy Ribeiro alguns exemplos dentro da historiografia brasileira que se utilizaram desse conceito.

Atualmente, muitas críticas e releituras desse modelo são realizadas pelos historiadores. Alguns até buscam diminuir sua viabilidade, afirmando que não seria condizente com a realidade brasileira (principalmente do Sul e Sudeste). É bom observar que Freyre analisou, com primazia, os modelos de família no nordeste, sobretudo em Pernambuco, e que parte significativa da historiografia brasileira buscou, de forma generalizante, reproduzir esse modelo para todo o país. Esse não era uma pretensão de Freyre, e, tendo mais a ver com sua reprodução pouco cuidadosa do que com a obra do próprio.

Por se tratar de um artigo fundamentado no entendimento de Gilberto Freyre sobre um exemplo de homem existente no período do Brasil colonial, as técnicas utilizadas, a priori, para a realização deste trabalho foi à revisão bibliográfica do autor, começando pela sua

trilogia mais famosa Casa-Grande e Senzala (1983), Sobrados e Mocambos (2003) e Ordem e Progresso (2004) com grande enfoque nos dois primeiros⁸.

Dentro de uma pesquisa de História Social é preciso haver uma definição da relação presente/ passado nos permitindo atribuir significados ao que passou, sem o tornar cristalizado (FENELON, 1988). Trazer as opiniões, sejam elas convergentes ou divergentes, é ter a certeza da preservação dos conceitos originais da questão abordada, sem negligenciar as revisões feitas para um olhar diferente sobre o tema.

Se por um lado Freyre afirma ter existido uma predominância do modelo patriarcal em detrimento de outra tipologia doméstica, Bacelar retrata a formação familiar das mulheres da região do Recôncavo baiano, principalmente na cidade de Cachoeira, como responsáveis pelo papel central na família, exercendo funções internas e externas, após seus maridos migrarem para regiões como São Paulo ou Salvador em busca de trabalho, e não mais retornando ao seu lugar de origem (BACELAR, 2001), ficando à cargo delas as funções de pai e mãe, sem estabelecer, no entanto, a mesma relação que Freyre atribui para o trato social do pai patriarca com os seus.

O questionamento do patriarcalismo quanto modelo doméstico predominante no Brasil colonial foi retratado também por Thiago Luís Magalhães Silva. Mostrando um posicionamento diferente da maneira tradicional de olhar os agrupamentos familiares, ele afirma que embora a maioria dos arranjos domésticos mantivesse semelhança ao sistema patriarcal, era “ingênuo” pensar ser este o único modelo existente num país de grande extensão territorial (SILVA, 2010). Devido estas dificuldades, seriam mais comuns famílias menores e de estrutura simples, sem o mesmo grau de hierarquização e complexidade.

Entretanto, encontramos em Mattoso (1992) um elemento de comprovação da função ampla do papel do patriarca, retomando aqui uma visão próxima a já relatada por Freyre. A autora estuda a sociedade brasileira e baiana do século XIX e afirma que eles preenchem as lacunas deixadas pela ausência e distancia do poder central (em Portugal), suprimindo esta necessidade e garantindo ao período algum tipo de ordem, pois, eram estes senhores

⁸ As datas citadas são da edição que uso neste artigo e não as de lançamento. Sobre este ponto, seria, respectivamente, 1933, 1936 e 1957.

responsáveis por garantir um auxílio médico, decisões políticas e intervenções nas desavenças cotidianas, na sua região de influência.

Desta forma, pode-se atribuir ao poder local a função de governo do país até a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, a despeito de conferir tais funções aos Governadores Gerais (MATTOSO, 1992). Esta afirmação evidencia uma perspectiva teórica respeitosa à ação e participação dos mais variados sujeitos agentes da história ao invés de corroborar com a posição positivista, que atribuiria à responsabilidade do controle social ao estado legal e não à ação cotidiana dos patriarcas detentores do poder local.

Desta maneira, ao dialogar com as fontes foi possível perceber que a prática investigativa utilizada encaixa-se com a descrição de Fenelon para pensar numa perspectiva de história social: inclusão das relações cotidianas dos sujeitos históricos buscando entender as variadas atribuições desempenhadas por ele como dominação, prática política, vida social e também para aqueles que o cercam, considerando esta vivência diária o real produtor de sua natureza e “não apenas como resultado de determinações estruturais dadas” (FENELON, 1984, p. 24) a ele.

Partindo deste referencial, apontar o patriarca, desde seu conceito até as suas ações práticas respeitando seu valor histórico, sua ambientação, suas relações com os outros sujeitos circundantes como sua mulher, filhos, a Igreja e com as pessoas inseridas em sua zona de influência revelou-se um profundo trabalho teórico-metodológico. Sendo possível, a partir das leituras feitas para a produção deste artigo, indagar a posição social de um homem que adquire o status de patriarca como sendo fruto das relações sociais cotidianas desempenhadas, seu prestígio financeiro e político, e não de uma qualificação atribuída por alguém à ele.

Outro aporte teórico foi Hebe Castro assinalando a evolução dos estudos sobre história social da família. Após o desenvolvimento extensivo dos estudos demográficos, principalmente entre as décadas de 60 e 80 do século XX, a história da família definiu-se como um dos campos específicos de estudo, tendo a nupcialidade, fecundidade, as estruturas familiares e as relações entre os sexos como principais eixos (CASTRO, 1997). Porém, com o desenvolvimento do campo da história social e o surgimento de subcampos, novos questionamentos foram surgindo e a demografia histórica – até então fontes centrais nas pesquisas sobre família – passou a não dar conta destas novas problematizações.

Relacionando a ideia anterior com o tema central, se para os estudos quantitativos o importante era tabelar quantas famílias enquadravam-se em determinadas tipologia doméstica, ou se no Brasil marcado pelo governo paternalista existia uma maioria de famílias patriarcais ou não, uma abordagem de história social pretende entender a rede de significações subjetivas produzidas pelos agentes da época.

Qual o significado da família para este senhor branco? E para os escravos? Sendo eles “coisificados”, era possível estabelecer relações familiares? Como a relação de desequilíbrio entre os sexos era vista pelo senhor da casa? E por sua mulher? Qual o significado tinha para o filho carregar o sobrenome do pai? Qual o peso da tradição familiar europeia, católica e paternalista dentro da formação da família no Brasil? (CASTRO, 1997)

Então, se o enfoque dado ao tema muda, o método de análise do mesmo tende a se modificar (FENELON, 1988). Sendo assim, tomar cuidado para não incorrer numa abordagem anacrônica deste patriarca, buscando conceituá-lo como fora feito em seu tempo, dando as devidas delimitações do ambiente e lugar social, foi de fundamental importância.

Ciente de que me encontro num momento histórico diferente de Freyre, procurei estabelecer relações com abordagens mais recentes sobre o assunto, como forma de não negligenciar a existência de perspectivas diferentes, sem, no entanto, dizer que uma é melhor do que a outra ou se existe uma sobreposição de ideais dos autores mais recente pelos autores “clássicos”.

Por fim, quanto à metodologia de procedimentos e a filtragem das referências da pesquisa, mesmo ciente das profundas contribuições da Escola dos Annales para as práticas de pesquisa (CASTRO, 1997), foi coerente trabalhar exclusivamente com a revisão bibliográfica do tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de sua obra, Gilberto Freyre defende a tese do patriarca e o poder local como resultado mais efetivo da colonização. Pois além de garantir a ordem, a moral a ética e o desenvolvimento econômico, ele ainda conseguiu ser pai-marido, provedor e senhor de sua

mulher e filhos, garantindo a seguridade social destes (FREYRE, 1983). Para os membros de sua família, no entanto, essa figura representou diversas vezes tirania, abuso e autoritarismo, até o dia do declínio de seu simbolismo (FREYRE, 2003).

É possível perceber que a sociedade brasileira, principalmente o núcleo rural nordestino apresentado por Freyre, possuiu relações muito mais complexas do que a análise menos cuidadosa sugere. Rotular este nicho como pouco dinâmico pode representar um grave equívoco para pesquisadores que apenas olham para o patriarca procurando seu papel tirânico de dominação ou como grande mantenedor de um sistema familiar pobre de nuances.

O passado de miscigenação portuguesa sugere que os colonizadores tiveram menos dificuldade de miscibilidade com os povos ameríndios e com os negros trazidos escravizados, podendo, desta forma, dar os contornos sociais apresentados por Freyre em *Casa-grande & Senzala*. Esta perspectiva de "democracia racial" é duramente criticada por aqueles que pesquisam e fazem revisões sobre o período, pois enxergam em Gilberto Freyre alguém dotado de olhar etnocêntrico e diminuidor dos intensos conflitos existentes entre o colonizador, indígenas e os escravizados (MARTINS, 2011).

No entanto, o objetivo deste artigo não é relativizar ou julgar o "olhar freyreano" e sim apresentar o patriarca e suas relações cotidianas que foi descrito por ele. Vale ressaltar que Gilberto Freyre não deixa um conceito pronto, mas oferece descrições para que se construa este tipo de pai. O exercício histórico está em olhar para o passado e compreendê-lo em seu tempo, por isso tive como preocupação revisar a bibliografia "clássica" sobre o tema, sem me furtar o direito de tomar consciência de suas releituras.

Sendo, na visão de Gilberto Freyre, o maior resultado da colonização portuguesa no Brasil, o patriarca manteve sua simbologia atuante tanto na colônia, como também no Brasil independente, dentro de um sistema monárquico, chamado por Freyre de uma "forma autoritária de governo paternal" (FREYRE, 2004, p. 215). Desta forma, da *Casa-grande* até o *Sobrado*, o estudo do "patriarcalismo" e do "pai patriarcal", se mostra presente nas discussões sobre família, sendo os autores citados no decorrer do artigo ainda referências para os trabalhos nesta área, seja como ponto de discordância ou como apoio teórico.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças – Negros e Brancos em Salvador**. Salvador: Editora Pallas, 2001.

CASTRO, Hebe. **História Social**. in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45 - 61.

DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai: uma história da paternidade**. Martins Fontes, 1989.

ENGELS, F. (1884). *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Claridade, 1964. (Original publicado em 1884).

FENELON, Déa Ribeiro. **O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?**. Belo Horizonte, 1988.

_____. **Trabalho, cultura e História social: perspectivas de investigação**. São Paulo, 1984

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

_____. **Casa Grande e Senzala**. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Os indígenas na obra Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre**. Revista das Américas, número 9. UERJ, 2011.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Bahia – séc. XIX, Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SENA, Gilvania. **A Transgressão Feminina em Senhora e Lucíola de José de Alencar**. Biblioteca 24h, 2013.

SILVA, Nelly Monteiro Santos. . "A Infância Viva em Sobrados e Mucambos: um olhar através de Gilberto Freyre". In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia/MG. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e



Direitos Humanos, Ética e Dignidade

18 a 24 de outubro de 2015

desafios da pesquisa e do ensino de História de Educação.. MINAS GERAIS: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2006. p. 81-82.

SILVA, Thiago Luis Magalhães. **Família, cotidiano e vida privada.** Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/familiacotidianovidaprivada.pdf> Acesso em 22 mar 2010, 13h22.

SMITH, Raymond Thomas. **The matrifocal family: power, pluralism, and politics.** Great Britain: Routledge, 1996.